

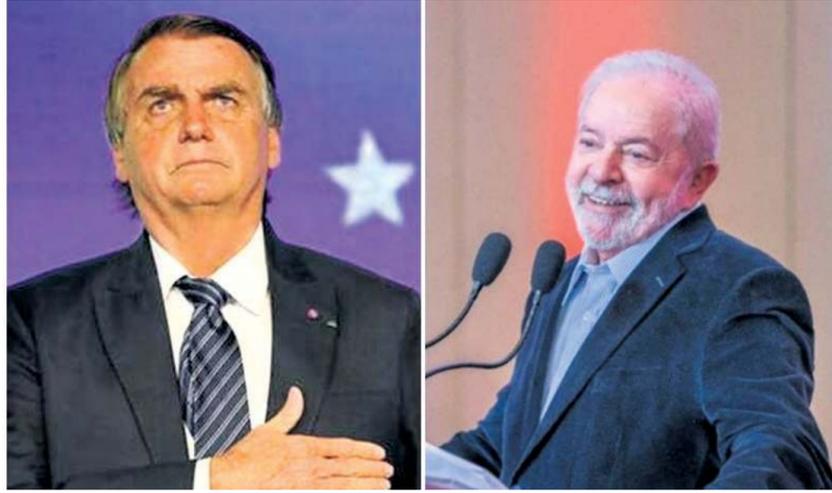
ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Cansado da polarização, eleitor está “de ressaca”

Nem direita nem esquerda: perfil do eleitorado, mapeado em pesquisa do Instituto DataSenado, mostra que a maioria não se vê representada no espectro ideológico

» JÚLIA PORTELA

Alan Santos/PR e Ricardo Stuckert



A influência de Bolsonaro e Lula nestas eleições tem peso menor na decisão do eleitor, avaliam analistas

A maioria do eleitorado não se considera nem de esquerda nem de direita. Segundo pesquisa do Instituto DataSenado, 40% dos eleitores não se veem em nenhuma fatia do espectro político, enquanto 11% se declaram de centro, e 6% preferem não responder, totalizando 57%.

O dado revela uma diferença em relação ao pleito presidencial de 2022, quando a polarização Lula x Bolsonaro ganhou contornos bem mais claros. O eleitor de 2024, segundo a pesquisa, leva mais em consideração os problemas do município e a capacidade dos candidatos de apresentar soluções.

Para o cientista político Robson Carvalho, nas eleições municipais, o foco é local. “É a eleição mais próxima do cidadão, de onde ele vive, de onde ele mora”, disse. “Igualmente, parece haver um cansaço da polarização, uma espécie de ressaca da eleição anterior quando a extrema polarização separou amigos e familiares. É possível que, no presente, os eleitores estejam mais atentos a sua realidade, ao seu dia a dia, aos problemas mais próximos de si, além de buscarem candidaturas com os quais mais se identificam, sem a indicação de intermediários”, complementa.

A pesquisa DataSenado faz um recorte de renda: quanto mais elevada, menor é o percentual de eleitores que se consideram neutros em relação à ideologia política — posição de 21% dos que ganham mais de seis salários

mínimos, contra 47% dos que declaram renda menor que dois salários mínimos. E, quanto maior a renda familiar, maior a preferência pela ideologia de centro.

Fator Marçal

Especialistas apontam que um sintoma desse novo modelo de eleitor é o espaço que o candidato Pablo Marçal (PTRB) ganhou na campanha municipal de São Paulo. O candidato se descolou da direita de Jair Bolsonaro (PL) e tem conquistado votos mesmo com índices de rejeição acima dos 50%.

“Em 2018 e 2022, nós tínhamos um cenário muito mais polarizado. A divisão entre o campo bolsonarista e o campo

lulista estava bem posta. Não havia muitas alternativas àquelas visões”, diz o cientista político Magno Karl. “O eleitor de 2024 ainda utiliza esses dois campos como referência, mas muito mais para informação. Há muitos outros temas sendo discutidos”.

O analista ressalta que o apoio de Bolsonaro ou de Lula a determinado candidato não tem se mostrado decisivo. A pesquisa Genial/Quaest em Goiânia, por exemplo, mostrou que apenas 29% dos eleitores votariam em alguém indicado por Bolsonaro, e 15% na indicação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“2018 e 2022 foram eleições informadas e conduzidas pela polarização entre dois campos

políticos muito identificados e com os quais o eleitor se identificava muito fortemente. Mas, em 2024, isso virou um dado informativo para o eleitor, está longe de ser uma questão decisiva”, diz Karl.

“A polarização não é determinante nas eleições municipais de 2024, na medida em que sobressaem os temas afeitos à municipalidade, como a questão da zeladoria municipal, atendimento de saúde, vagas nas creches, ou seja, os problemas mais cotidianos da população. Aqui, quanto menor o município, menor o efeito da polarização. O próprio contato com o eleitor é o que chamamos de contato de alta intensidade, mais direto, olho no olho”, avalia o cientista político Rodrigo Moraes.

» Entrevista | ISABELA LIMA | CHEFE DE PESQUISA/DATASENADO

“Maioria não tem bandeira ideológica”

» CAMILA CURADO

Jefferson Rudy/Agência Senado



O Panorama Político 2024, maior pesquisa sobre posicionamento político do brasileiro, realizado pelo DataSenado em parceria com a Nexus, mostra que a polarização política não é dominante na população: 40% dos mais de 20 mil entrevistados não se identificam com nenhum posicionamento político — não se veem na direita nem na esquerda ou no centro. A chefe do Serviço de Pesquisa de Análise do DataSenado, Isabela Lima, falou ao Correio sobre a relevância do trabalho e a facilidade de visualização dos dados on-line por qualquer cidadão. Confira os principais pontos da entrevista:

O que se pode concluir a partir dos dados coletados?

As respostas revelaram que o brasileiro está preocupado com a saúde: 29% identificam isso como sua principal preocupação. Outra questão que buscamos desvendar é sobre o perfil ideológico da população. Descobrimos que a maior parte do brasileiro não se considera nem de direita nem de esquerda nem de centro. Em média, 40% não se identifica com nenhuma dessas bandeiras. Chegamos à conclusão que o brasileiro está muito mais preocupado com suas questões rotineiras do que em levantar bandeiras políticas.

Como vocês interpretam a questão da polarização entre eleitores brasileiros a partir da pesquisa?

Como boa parte da população, 40%, não se considera nem de esquerda, nem de direita, nem de centro, é possível perceber que o brasileiro está mais preocupado com as questões de saúde, e custo de vida, do que com bandeiras políticas.

Como boa parte da população não se considera nem de esquerda nem de direita nem de centro, é possível perceber que o brasileiro está mais preocupado com questões de saúde e custo de vida do que com bandeiras políticas

É possível traçar uma comparação desse último resultado com os anteriores?

Sim. A comparação pode ser visualizada em nosso painel interativo. Em 2021, observou-se que a estimativa não variou. A média dos brasileiros que se consideram isentos de qualquer ideologia política se manteve em torno dos 50%. Em novembro de 2022, o índice caiu para 38% e permaneceu estável em 2024.

Na pesquisa anterior, havia a transição de governos, saiu o de direita, do ex-presidente Jair Bolsonaro, e entrou o de esquerda, com Luiz Inácio Lula da Silva. Qual o impacto daquele momento em relação ao atual?

Na 20ª edição, de novembro de 2022, se comparada com janeiro de 2021, notamos que o posicionamento político dos brasileiros havia se alterado significativamente. O número de entrevistados que responderam pela neutralidade caiu 17 pontos percentuais, e esse resultado se transferiu para os que disseram ter uma posição política. O percentual dos que se identificaram como de direita aumentou 10 pontos, enquanto o dos de esquerda cresceu 6 pontos.

Qual a novidade desta edição de 2024?

É a primeira vez que conseguimos fazer um mapeamento por estado, graças ao aumento

expressivo da amostra. Conseguimos, agora, ver como pensa o brasileiro em cada estado do país de forma precisa. E já enviamos aos senadores os relatórios referentes aos seus (respectivos) estados.

Que tipo de informação foi coletada nas entrevistas?

A pesquisa monitora, acompanha, analisa e investiga desde a situação econômica das famílias até seu pensamento político. Fazemos perguntas para traçar um perfil econômico, por exemplo, sobre endividamento — se a situação econômica familiar melhorou, piorou ou permaneceu igual — e sobre a expectativa de futuro — se acredita que haverá melhora, piora ou se a situação financeira permanecerá a mesma nos próximos seis meses.

Que temas novos entraram na pesquisa?

Incluimos perguntas relacionadas a apostas e golpes. E buscamos entender qual a maior preocupação dos brasileiros. Assim como incluímos tópicos novos que se tornam relevantes para a sociedade, excluímos os que perdem o sentido.

Qual a relevância em disponibilizar essas informações à sociedade?

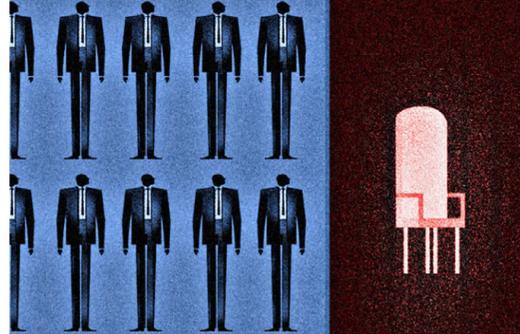
O DataSenado, como órgão da Secretaria de Transparência do Senado Federal, baseia seu trabalho no controle social. Aproximamos o cidadão do Parlamento por meio da mensuração da sua opinião pública e aproximamos o Parlamento do cidadão por meio da disponibilização de dados sobre o Legislativo. Acreditamos que, quanto mais a informação estiver acessível para a população e para os senadores, mais clara fica a realidade que vivemos.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



As eleições municipais e a disputa da Presidência

Historicamente, o auge do poder local no Ocidente se deu durante o feudalismo, após a desintegração do Império Romano, quando era exercido de forma absoluta e implacável pelo senhor feudal, que possuía exército, cobrava impostos e exercia a justiça. No Brasil, o que houve de mais semelhante foi a estrutura colonial escravocrata dos engenhos de açúcar, em torno do qual se constituiu a elite brasileira mais abastada da época, com sua casa grande, onde vivia o senhor de engenho, toda a sua família e eventuais agregados; e a senzala, o “depósito” de seus escravos.

Casa Grande & Senzala (Global Editora), do pernambucano Gilberto Freyre, lançado em 1933, descreve a formação desse patriarcado brasileiro, com raízes ainda hoje influentes. Na esquerda, criou-se o mito de que a conquista do “poder local” seria a forma de acumulação de forças para se chegar ao poder central. O apoio de prefeitos é muito importante para a eleição de governadores e do presidente da República, mas não é uma lei de gravidade. Fernando Henrique Cardoso, ironicamente, afirma que é mais fácil ser presidente da República do que prefeito de São Paulo. Refere-se à frustração de ter perdido a eleição para Jânio Quadros.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva nunca disputou uma prefeitura; depois de se candidatar ao governo de São Paulo, em 1982, e ficar em quarto lugar, com 10% dos votos, somente pleiteou a Presidência da República. Perdeu em 1989, 1994 e 1998. Chegou lá em 2002 e, agora, está no terceiro mandato. Se dependesse do número de prefeitos do PT, a maioria eleita na aba do seu boné, nunca chegaria ao Palácio do Planalto.

O mito do poder local como forma de acumulação de forças por parte da esquerda é uma derivação da estratégia gramsciana de “guerra de posições”, adotada pelo Partido Comunista Italiano após a 2ª Guerra Mundial. Regiões que haviam sido libertadas do fascismo pelos “partigiani” tornaram-se redutos comunistas, como a Emília-Romanha, com destaque para a cidade de Bolonha, verdadeiro laboratório das políticas públicas dos comunistas.

Em 1999, depois de ter sido governada pela esquerda durante 54 anos ininterruptos, Bolonha elegeu um prefeito de centro-direita, mas logo voltou ao controle da esquerda. Eleito em 2021, Mateu Lepore, jovem líder do Partido Democrático, de 44 anos, nem chegou a militar no antigo PCI.

Hegemonismo

No Brasil, a tese do poder local como forma de acumulação de forças alimenta o hegemonismo e a partidização das políticas públicas nos governos de esquerda, talvez a principal razão de desgaste do PT à frente de cidades como Porto Alegre, São Paulo, Goiânia, Vitória, Recife e Aracaju. Há incompatibilidade entre hegemonismo, renovação política e alternância de poder, ainda mais num sistema democrático pluripartidário, cuja governabilidade exige a formação de amplos governos de coalizão. De certa forma, o fato de o PT apoiar a reeleição de Eduardo Paes (PSD) à prefeitura no Rio de Janeiro representa outro paradigma: alianças mais amplas e menos hegemonismo.

O caso de Guilherme Boulos (PSol), em São Paulo, também é uma mudança no comportamento petista, imposta pelo presidente Lula, mas com sinal trocado. Boulos está à esquerda de lideranças, como Marta Suplicy, sua vice, e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ambos ex-prefeitos petistas. Sua grande dificuldade no segundo turno, qualquer que seja o cenário, será ampliar as alianças. A frente que o apoia terá que renunciar ao hegemonismo e oferecer participação aos novos aliados num governo de coalizão.

Poder local pode ser de qualquer tendência. O PSD do ex-prefeito Gilberto Kassab talvez eleja mil prefeitos e se equipare ao MDB, que ainda é o partido mais influente nos municípios brasileiros. No atacado, a eleição municipal indica uma tendência do eleitorado, por sinal, mais conservadora do que progressista, mas seu resultado não sacramentalmente a conquista do poder central dois anos depois. Fosse assim, Jair Bolsonaro (PL) não teria sido eleito presidente da República, em 2018, e Simone Tebet (MDB), hoje, estaria na Presidência.

Por ironia, quem entende mesmo de poder local são os políticos do velho patriarcado brasileiro. É o caso do deputado estadual Theodorico Ferrão (PP), que disputa a prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim (ES), a “capital secreta do mundo”, aos 86 anos, com chances de voltar à prefeitura pela quinta vez. O velho cacique político capixaba destacou-se por apoiar a campanha pela eleição direta do presidente da República, em 1983, quando ainda era um deputado da antiga Arena.

Pesquisa Ipec divulgada nesta sexta-feira com as intenções de voto para a prefeitura de Cachoeiro mostra Ferrão (PP) com 47% das intenções de votos, contra Diego Libardi (Republicanos), com 16%; Léo Camargo (PL), 16%; e Lorena Vasques (PSB), com 12%. Ferrão foi uma das fontes de inspiração do personagem Odorico Paraguaçu, de Dias Gomes, na novela *O bem-amado*. Ao se eleger pela primeira vez, prometeu construir um chafariz para fazer chover no centro da cidade.

TESE DO PODER LOCAL COMO FORMA DE ACUMULAÇÃO DE FORÇAS ALIMENTA O HEGEMONISMO E A PARTIDARIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS GOVERNOS DE ESQUERDA